

Hidrelétrica Peixe-Angical – Peixe, Tocantins: o discurso desenvolvimentista na Amazônia Legal

RESUMO

Este artigo analisa as percepções dos atores locais sobre o processo de desenvolvimento regional do município de Peixe -TO com a construção da Usina Hidrelétrica Peixe Angical (UHE) ocorrida entre os anos de 2002 e 2006. Por meio de entrevistas semiestruturadas, foi captada a percepção dos atores locais, dentre agentes políticos, econômicos e sociais. As entrevistas foram processadas pela metodologia Discurso do Sujeito Coletivo (DSC), permitindo um tratamento da fala daqueles que vivenciaram todas as fases de integração da UHE ao contexto regional, fundamentado pela teoria institucionalista de Douglass North. Os DSCs expressaram a alteração das relações sociais pré-existentes com o crescimento da população urbana e o estabelecimento na região dos migrantes que chegaram com o empreendimento. Ao tratar do período de construção da usina, as percepções se dividem entre a sensação de surpresa e apreensão com a concentração de pessoas, a falta de estrutura e insegurança durante as obras e o fluxo de renda, criando oportunidades de ganhos financeiros. Em se tratando do legado da UHE, os participantes apresentaram opiniões distintas, em que pese compreendem a importância do empreendimento como fonte de arrecadação e as benfeitorias deixadas pelo grupo empreendedor, à custa das externalidades negativas ao meio ambiente.

PALAVRAS-CHAVE: Desenvolvimento Regional, Usina Hidrelétrica, Discurso do Sujeito Coletivo, Peixe -TO.

Nilton Marques Oliveira

niltonmarques@uft.edu.br

Universidade Federal do Tocantins,
Palmas, Tocantins, Brasil.

Benvindo Filho Pinto Queiroz

benvindo193@hotmail.com

Universidade Federal do Tocantins,
Palmas, Tocantins, Brasil.

1 INTRODUÇÃO

A partir da década de 1950 houve, no Brasil, a consciência de que a Amazônia Legal não devia mais ficar isolados do resto do país. De posse disto, o Governo Federal iniciou a implantação de um planejamento que levasse ao desenvolvimento da região. Em 1954 foi criada a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVA), foi a primeira experiência no país de um plano governamental visando a valorização de uma região. Na década de 1970 emergiu no âmbito político e econômico um novo padrão de desenvolvimento regional baseado na ocupação territorial pelos grandes projetos desenvolvimentistas, postos em ação no âmbito dos planos Nacionais de Desenvolvimento I e II.

O objetivo desta política regional era consolidar a base industrial, energética e tecnológica do país. A ação de desenvolvimento econômico para a região amazônica adotada pelo governo militar deu ênfase à modernização da economia regional, por meio da estrutura industrial, exploração dos recursos naturais (minérios e rios). O modelo de desenvolvimento estabelecido, onde os interesses econômicos prevalecem acima dos interesses locais e coletivos, estão cada vez mais distantes daquele que atenda as singularidades encontradas, principalmente na região amazônica.

Os projetos que impactam diretamente os recursos naturais, especialmente na Amazônia brasileira e no Cerrado, vêm sendo cada vez mais intensificados. O planejamento envolve a construção de grandes hidrelétricas, a exploração de minérios, projetos de intensificação agrícola, ampliação de eixos de transporte (ferrovia, hidrovia e rodovia).

Bruzaca e Sousa (2015); Tonezer et al (2016) afirmam que os projetos de desenvolvimento brasileiro continuam representando uma política voltada para a satisfação do mercado externo, preponderando um cenário de dominação e exclusão da população local. Além disso, destacam que as atividades voltadas para o setor de mineração, hidrelétricas e estradas na Região Amazônica, refletem os direcionamentos adotados pelos governos, consubstanciando uma economia de dependência, entrega de recursos naturais e acumulação de riquezas em favor de investidores, muitas vezes estrangeiros, que não tem compromisso com a população local.

O impasse entre conservação e desenvolvimento, que permeiam entre linhas e objetivos diferentes, seguem sem consenso na resolução dos conflitos causados, uma vez que, o discurso pautado no progresso, geração de renda e melhoria da qualidade de vida prometido, inicialmente convence, mas frequentemente os resultados divergem da proposta inicial (DIEGUES et al, 2005).

Os projetos de desenvolvimento para a região amazônica faziam parte da ideologia da ditadura militar, trançando e sustentando estratégias de crescimento nacional e regional marcado por uma euforia desenvolvimentista para preservar e legitimar a própria ditadura. Em termos de realização de grandes projetos, os principais empreendimentos produtivos que se instalaram na região amazônica foram: a Usina Hidrelétrica de Tucuruí (UHT), sobre o rio Tocantins; o a Mineração Rio do Norte, de exploração de bauxita metalúrgica, a noroeste do Pará; o da Albras e Alunorte de produção de alumínio e alumina, localizado em Barcarena – PA; o Projeto de Ferro Carajás, no sudeste do Pará (Parauapebas).

Dando continuidade nos projetos desenvolvimentistas na região da Amazônia, o estado do Tocantins tem recebido empreendimentos como a Ferrovia Norte-Sul, para escoamento de insumos e produtos agrícolas, e as Hidrelétricas que se estende ao longo do rio Tocantins, como as Usinas Hidrelétricas de São Salvador e Peixe Angical (objeto de estudo) situadas na região sul do Estado, a Usina Luiz Eduardo Magalhães na região central e a Usina de Estreito, no norte.

Dentre esses empreendimentos, a segunda a entrar em operação foi a Peixe Angical, situada entre as cidades de Peixe, São Salvador do Tocantins e Paranã, fruto de um investimento da ordem de R\$ 1,6 bilhão, construída entre os anos de 2002 e 2006 gerou empregos e atraiu investimentos para a região, em especial, a cidade de Peixe, sede administrativa do consórcio construtor. Chegando a contar com 5.000 operários no auge dos trabalhos segundo Furnas (2007).

E, em se tratando do esperado desenvolvimento econômico que domina o discurso daqueles que defendem o empreendimento, seria ele um fator compensatório reparador dos impactos negativos?¹ Tal questionamento ecoa em torno do legado do projeto. Naturalmente, a resposta não é simples e direta. Afinal, ela deve ser precedida do próprio conceito de desenvolvimento econômico, o qual não pode ser confundido com crescimento econômico. Em qualquer concepção, o desenvolvimento deve ser fruto do crescimento econômico acompanhado, necessariamente, por melhoria na qualidade de vida, incluindo “as alterações da composição do produto e a alocação de recursos pelos diferentes setores da economia, de forma a melhorar os indicadores de bem-estar econômico e social” (VASCONCELOS e GARCIA, 1998, p. 205).

Assim sendo, este artigo tem por objetivo analisar as percepções dos atores locais da usina hidrelétrica Peixe Angical no processo de desenvolvimento regional do município de Peixe – Tocantins, num contexto desenvolvimentista. A construção de uma usina hidrelétrica é considerada um grande projeto de infraestrutura, visa o crescimento econômico ligado à integração internacional ao mercado globalizado, ficando em segundo plano os eventuais impactos sociais (SOARES, 2009). E ainda, os gestores locais e às vezes a população desses municípios recebem com muita euforia esses grandes projetos vislumbrando o elevado volume de recursos que os acompanham.

A justificativa para a escolha desta usina hidrelétrica Peixe-Angical, localizada em Peixe - TO, deve ao fato deste ser o maior empreendimento construído na região sul do Tocantins. Este projeto desenvolvimentista é oriundo de uma proposta nacional de desenvolvimento energético. Portanto, entender o processo de implantação, construção e funcionamento, pode contribuir como compreender o desenvolvimento social e econômico da região.

Isto posto, este artigo está dividido em cinco tópicos, além desta introdução. Na segunda parte é apresentada a teoria institucionalista, seguida por uma abordagem histórica do processo de implantação das barragens no Brasil, na sequência é apresentado os procedimentos metodológicos, compreendendo a técnica do Discurso do Sujeito Coletivo (DSC). Na quarta parte são apresentados os resultados e, por fim, apresentam-se as considerações finais.

¹ Vainer e Araújo (1992, p. 33) afirmam que “às regiões de implantação, de modo geral, tem restado a desestruturação das atividades preexistentes, o crescimento desordenado da população, desemprego, favelização, marginalização social, e, quase sempre, degradação ambiental”.

2 O INSTITUCIONALISMO DE DOUGLASS NORTH

Para North (1999), a teoria neoclássica não foi e não tem sido eficiente em demonstrar as razões que levam às diferentes performances das economias ao longo do tempo, ou seja, porque o desempenho econômico das nações é tão diferente. Isso configura o ponto central da teoria de North, que centra nas instituições, no desempenho econômico e nas mudanças institucionais.

Para Gala (2003), o conceito basilar do institucionalismo de North é a incerteza. Como a corrente institucional na qual está inserida, a teoria analisa as transações econômicas. Como a teoria institucionalista objetiva responder ao processo de decisão racional dos agentes, como os agentes formam suas expectativas para poupar ou investir, por que eles retêm ou não moeda e como o ambiente institucional pode influenciar nas decisões, a incerteza perpassa pela racionalidade limitada das pessoas (FILHO e CONCEIÇÃO, 2001). O conceito de custo de transação introduzido por Coase (1937) é aprofundado por North (1990). Esses custos são consequências das incertezas das transações. North (1990) os classifica em custos de measurement e enforcement. Enquanto o primeiro está relacionado com a dificuldade dos agentes em conhecer de fato o objeto da transação, o seguinte refere-se à incerteza sobre a propriedade do bem envolvido.

Para Coase (1937) as empresas devem ser concebidas como entidades endógenas ao sistema econômico, e sua existência é justificada pelos custos de transação para a produção. Ou seja, as empresas são organizações econômicas com o propósito de minimizar os custos de transação. A existência dos custos de transação justifica a necessidade das instituições. De acordo com Hodgson (2006), onde emergem coalisões comerciais, elas tomam qualidade de Estado para impor acordos e proteger propriedades. Num mundo de informações incompletas, altos custos de transação, relações assimétricas e agentes com visão limitada, são imprescindíveis as instituições para que os direitos sejam cumpridos.

Havendo incertezas nas transações e consequentes custos, surgem as instituições para minimizá-los, configurando as regras da interação humana. North (1990. p. 3. tradução nossa) assim define instituições:

Instituições são as regras do jogo numa sociedade ou, mais formalmente, são as restrições humanamente criadas que formam a interação humana. Consequentemente, elas estruturam os incentivos nas trocas humanas seja no aspecto político, social ou econômico. A mudança institucional forma a maneira como a sociedade evolui com o tempo e por consequência é a chave para compreender as mudanças históricas.

As instituições definem a estrutura de incentivo das sociedades e da economia. Elas são restrições concebidas que estruturam as interações humanas, sendo constituídas por restrições formais (regras, leis, constituições) e informais (normas de comportamentos, convenções e códigos de conduta auto impostos) e de suas características impositivas (NORTH, 1993).

Para Hodgson (2006), as instituições tanto limitam quanto possibilita comportamentos. A existência de regras implica restrições, no entanto, como as limitações podem abrir possibilidades: permitindo escolhas e ações que de outra forma não existiria. Por exemplo, as regras de linguagem nos permitem comunicar,

as regras de trânsito nos permitem trafegar com mais facilidade e segurança e as leis podem aumentar nossa segurança.

North (1990) ainda afirma que os modelos institucionais tendem a auto reforçar-se, mesmo quando possuem deficiências. Os indivíduos de uma determinada sociedade têm mais facilidade de se adaptar às regras existentes do que tentar modifica-las. Quando o desenvolvimento toma certo rumo, a cultura organizacional, os costumes e os modelos mentais reforçam essa trajetória.

Para compreender melhor a abordagem de North é preciso diferenciar instituições de organizações. Se as instituições são as regras do jogo, as organizações são os jogadores. “They are groups of individuals bound by some common purpose to achieve objectives” (NORTH, 1990. p. 5). Dentre as organizações, North (1990) destaca três tipos: políticos (partidos, o congresso e as agências reguladoras); sociais (igrejas, clubes, associações atléticas); e educacionais (escolas, universidades, centros de treinamentos profissionais). A existência das organizações são reflexos das oportunidades geradas pela matriz institucional, que configura um quadro institucional num determinado momento. O conceito de matriz institucional é tratado nessa teoria como o conjunto de instituições existentes numa sociedade num dado momento. Para North (1991), a matriz institucional consiste numa rede interdependente de instituições e, conseqüentemente, organizações políticas e econômicas que são caracterizadas pelos seus ganhos crescentes, justificando a existência das próprias organizações, as quais são concebidas pelas oportunidades propiciadas pela estrutura institucional.

Dessa forma, a teoria institucional aqui apresentada se mostra pertinente e adequada para compreendermos o desempenho econômico da cidade de Peixe durante e após a consolidação da usina hidrelétrica.

3 OS GRANDES EMPREENDIMENTOS HIDRELÉTRICOS NO BRASIL E NO TOCANTINS

O Brasil passou por profundas transformações econômicas e sociais no último século, especialmente na segunda metade. A industrialização e um crescimento exponencial das áreas urbanas elevaram a demanda por energia elétrica. Essa situação aliada ao alto potencial hídrico do país são alguns dos fatores que propiciaram a adoção de políticas de investimentos na hidroeletricidade. Sob a égide de políticas setoriais ou planos de investimentos para implantação da infraestrutura necessária à industrialização foram levados a cabo grandes projetos como as usinas hidrelétricas de grande porte (BORTOLETO, 2001).

Esses empreendimentos passaram a serem priorizados pelo governo federal a partir os Planos Nacionais de Desenvolvimento – PND I (1972-1974) e PND II (1975-1979) - criados no regime militar, tendo como suporte o planejamento estratégico, os PNDs ampliaram as bases de desenvolvimento nacional com investimentos na agricultura, pesquisa e na área monetária, além de obras de infraestrutura física como no setor de transporte, corredores de exportação, obras portuárias, estrutura de telecomunicações, polos petroquímicos, usinas nucleares e usinas hidrelétricas (VIEIRA, 2012). Os problemas decorrentes da construção de projetos desenvolvimentistas em áreas de alta diversidade biológica e ambiental, como é o caso da região amazônica, e como esse processo é conduzido nos mais diferentes

contextos, seguem em constante discussão. Castro; Hogenboom e Baud (2015) destacam que esse processo afeta um grande número de grupos sociais em todos os países latino-americanos, principalmente nas áreas rurais, mas também nas cidades. Além disso, há inúmeras tensões socioambientais que agravam os problemas econômicos e a injustiça social de longa data.

A evolução histórica da implantação das usinas hidrelétricas no Brasil pode ser compreendida pelo potencial hidrelétrico disponível que conduz ao benefício do aproveitamento e pelo grau de disciplina e rigor do uso e ocupação do espaço que exige maior complexidade de planejamento. Segundo Moretto et al. (2012) divide o histórico brasileiro de planejamento espacial de usinas hidrelétricas em quatro grandes períodos:

- de 1950 a 1979: administração dos recursos naturais por meio de códigos que disciplinavam os usos das águas, florestas, minas, pesca etc., dos primeiros planos de uso do solo e de legislações de controle da poluição industrial;
- de 1980 a 1999: criação e regulamentação de instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente, como o licenciamento ambiental, avaliação de impacto ambiental, áreas especialmente protegidas, zoneamentos, planos de gerenciamento costeiro e marinho etc.;
- de 2000 a 2010: fortalecimento do zoneamento ecológico-econômico, criação e regulamentação do Estatuto das Cidades e do Sistema Nacional de Unidades de Conservação;
- de 2011 a 2020: período recém iniciado que acumula o histórico anterior de disciplinamento do uso e ocupação do espaço.

No primeiro período (de 1950 a 1979) com um alto potencial disponível, tem-se a instalação das primeiras grandes usinas localizadas em sua maioria na região sudeste, especialmente as bacias do rio Paraíba do Sul, rio Grande, rio Pardo e rio Paranapanema. Com o destaque para a primeira usina que foi a de Paulo Afonso no rio São Francisco, com 4.113 MW, no ano de 1955. No total, foram instalados cinquenta e sete empreendimentos hidrelétricos no período, somando um total de 26 mil MW, das quais apenas duas usinas foram instaladas na região Amazônica.

O segundo período (de 1980 a 1999) é marcado por incertezas com a evolução da legislação ambiental e houve uma redução no número de hidrelétricas. Com apenas 28 usinas instaladas que somadas possui uma potência de 14,6 mil MW, sendo apenas três na região Amazônica. No período priorizou-se a criação de UHE de pequeno e médio porte em virtude dos avanços na política ambiental.

Esse segundo período compreende duas décadas de situação econômica distinta. Enquanto nos anos 80 a economia brasileira pouco avançou, a estabilidade advinda do plano Real, a partir de 1994, conduziu a crescimento econômico considerável e um conseqüente aumento da demanda energética na década seguinte. E como a oferta de energia elétrica cresceu pouco no período, foi desencadeada a crise do setor energético no fim dos anos 1990. Essa realidade fez com que no terceiro período (de 2000 a 2010) o governo avançasse na capacidade de planejamento hidrelétrico e, mesmo sendo um período de apenas uma década, foram instalados 31 empreendimentos hidrelétricos, com 11,9 mil MW de

potência instalada. Dentre os projetos, dez foram na região Amazônica. Em que vale destacar, como contribuição a essa dinâmica, o Projeto Grande Carajás (PGC), que compreende o segundo e o terceiro período.

Por meio da disponibilidade de um elevado volume de recursos, oriundo de empréstimos em instituições financeiras nacionais e internacionais, o PGC foi um megaempreendimento econômico, político e social iniciado na década de 1980. Inicialmente direcionado a infraestrutura básica com a construção rodovias e ferrovias, reforma de portos e aeroportos, o objetivo foi a extração do minério, que seria transportado do sudeste do Pará até o litoral e de lá seguir para outros países. Outra parte do projeto consistia em trabalhar o ferro gusas em empresas no próprio país, por isso foi necessária a construção da UHE de Tucuruí, no Pará, inaugurada em 1984, com o propósito de fornecer energia elétrica a essas siderúrgicas nacionais (SANTOS, 2009).

No último período (de 2011 a 2020) é planejada a intensificação da exploração do potencial disponível na região Amazônica. Dos trinta novos projetos planejados para serem inaugurados no período, dezoito hidrelétricas estão localizadas na região Amazônica. Conforme dados do Banco de Informações de Geração (BIG) da Aneel, existem, em maio de 2018, em operação, 673 CGHs com potência total de 641,527 MW; 427 PCHs com 5039,283 MW de potência instalada; e 220 UHE com uma capacidade total instalada de 95794,468 mil MW. As usinas hidrelétricas, independentemente de seu porte, respondem por 60,27% da potência total instalada no país em relação a todos os meios de geração de energia elétrica.

Embora esses projetos, para aprovação e implementação, tenham medidas de mitigação, compensação e reparação obrigatórias para os danos sociais e ambientais, não significa que isto é perfeitamente alcançável e que tudo é recuperável. No Brasil, os processos de implantação de grandes empreendimentos têm apresentado problemas no cumprimento das medidas mitigatórias, ausência de envolvimento social na tomada de decisão e falta de diálogo com as comunidades locais durante o processo de implementação (BERMANN, 2012; FEARNESIDE, 2017; SOUZA E JACOBI, 2015). Além disso, as singularidades são tantas que a padronização da lei não atende as especificidades do lugar.

As obras no setor elétrico, que tiveram maior impulso nos últimos anos com novas hidrelétricas adentrando o território amazônico. O planejamento do setor elétrico ocorre sem a participação das pessoas. São políticas decididas em alta escala governamental, envolvendo gestores, agências de pesquisa e regulação estatal, empreendedores e, em alguns casos, consultorias ou instituições contratadas para os estudos de viabilidade. Somente na fase de leilão e início da implementação da obra, é que de fato ocorrem as audiências públicas e a população local toma conhecimento do empreendimento e suas implicações. No entanto, ainda assim relata-se a dificuldade de entender os documentos técnicos e não há tempo hábil para discussão. A decisão foi tomada anteriormente e geralmente não se consegue parar ou modificar o projeto (FEARNESIDE, 2017; SOUZA E JACOBI, 2015).

3.1 Usinas Hidrelétricas no Estado do Tocantins

O Estado do Tocantins está inserido na região hidrográfica Tocantins-Araguaia, a qual, segundo a Agência Nacional de Águas (ANA), corresponde a 10,8% do

território brasileiro e, segundo a ANEEL (2008), possuía 44% do potencial hidrelétrico aproveitado, 40% inventariado e 16% estimado, quando foi publicado pela agência o último atlas da energia elétrica do Brasil.

De acordo com os dados da Secretaria de Planejamento do Estado do Tocantins combinado com os dados do BIG existem 7 CGHs, 13 PCHs e 4 UHEs em operação, com potencial hidrelétrico total de 2832,59 MW. Ainda conforme a SEPLAN (2015) existe três unidades em construção e 12 usinas projetadas, somando com as existentes chegará a um potencial hidrelétrico de 9162,79 MW. A Tabela 01 apresenta a relação das Usinas Hidrelétricas em operação no Estado do Tocantins.

Tabela 01 – Usinas Hidrelétricas situadas no Estado do Tocantins

Nome	Tipo	Data Operação	Município	Potência Hidrelétrica (MW)
Estreito	UHE	29/04/2011	Aguiarnópolis	1087
Luís Eduardo Magalhães (Lajeado)	UHE	01/12/2001	Miracema do Tocantins	902,5
Peixe Angical	UHE	27/06/2006	Peixe	498,75
São Salvador	UHE	09/08/2009	Paranã	243,2

Fonte: Elaborado a partir dos dados do Banco de Informações de Geração da ANEEL(2018).

O avanço da hidroeletricidade ocorreu provocando inegáveis impactos socioambientais em virtude do mecanismo adotado de grandes represamentos das águas dos rios e o deslocamento compulsório de comunidades. Esses impactos são vistos e abordados de maneira antagônica pelos defensores dos empreendimentos e os resistentes a eles. O processo de integração da UHE ao contexto regional é vivenciado pelos moradores em todas as fases desde as expectativas até a consolidação do empreendimento. Por isso, as percepções dos atores locais permitem compreender como a obra afeta o modo de vida de uma comunidade (VASCONCELOS e GARCIA, 1998).

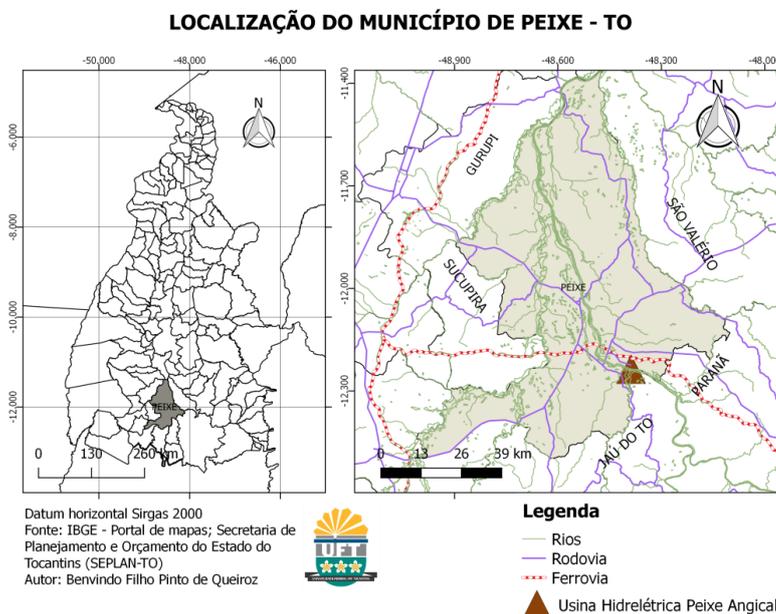
4 METODOLOGIA

A perspectiva institucionalista é norteadora da presente pesquisa levando em consideração que as regras formais e informais que constituem a matriz institucional num dado momento conduzirão o desenvolvimento de uma sociedade seja no aspecto econômico ou social. Ou seja, os indivíduos e seus hábitos controlados por regras de conduta advindos dos costumes influenciam diretamente os avanços históricos de um povo.

Como objeto do presente estudo, tem-se um município que foi impactado por um grande empreendimento fruto de decisões governamentais. A exemplo do que ocorreu em outras cidades receptoras de tais empreendimentos, a população sofreu fortes alterações em seu modo de vida durante a construção com um inchaço populacional e, posteriormente, o esvaziamento provocado pelo fim das obras. Passado algum tempo após o término da construção, qual seria a influência do empreendimento para a cidade considerando os aspectos sociais e econômicos. A partir dessa indagação, a presente pesquisa buscou a análise da percepção da

comunidade referente à Usina Hidrelétrica na cidade de Peixe. Figura 01 apresenta a localização do município de Peixe -TO e da UHE Peixe Angical.

Figura 01 – Localização do município de Peixe



Fonte: Elaborado a partir de dados do IBGE e SEPLAN (2019).

A pesquisa está pautada no método dialético por apresentar características peculiares e favoráveis à discussão do assunto, uma vez que permite compreender o homem enquanto ser histórico na produção material, a qual estabelece relações de negação e contradições pessoais e sociais e assim geram conflitos nas relações e vida em sociedade (DINIZ e SILVA, 2008). O método utilizado foi o DSC (Discurso do Sujeito Coletivo) é uma técnica de processamento de dados qualitativos para a obtenção e descrição de opiniões ou representações coletivas colhidas pelo depoimento dos indivíduos de um grupo (LEFEVRE e LEFEVRE, 2006). O DSC é um processo sistemático, desenvolvido em etapas, que envolve o tratamento por uma série de operações sobre o material verbal coletado nas pesquisas com o intuito de apresentar um discurso ou conjunto de discursos coletivos advindo de declarações individuais. Permitindo assim expressar de forma qualitativa e quantitativa as opiniões de uma coletividade. Essa metodologia tem como fundamento a Teoria da Representação Social. Tal representação é fruto das variadas transformações que geram novos conteúdos. Os indivíduos são transformados por manifestações antes desconhecidas. Todas as coisas que nos tocam no mundo ao nosso redor são tanto o efeito como as causas das nossas representações (MOSCOVICI, 2009). O discurso individual mostra não simplesmente uma concepção ou percepção singular do mundo, mas uma percepção compartilhada que constitui um discurso compartilhado e coletivo (GONDIM e FISCHER, 2009).

Para construir o Discurso do Sujeito Coletivo de cada grupo entrevistado, foi utilizado o software DSCsoft2.0. Esse software foi desenvolvido como conjunto harmônico de procedimentos, descrevendo a opinião de uma coletividade de interesse na condição de um produto qualiquantitativo, compondo um painel de

discursos, como resultado final da análise. O DSCsoft2.0, assim como sua primeira versão, o software QualiQuantSoft, possibilita trabalhar com amostras bem selecionadas e relativamente grande de indivíduos (CARVALHO, 2007). Na presente pesquisa foi utilizado o DSCsoft2.0 na versão de demonstração disponível na software house Tolteca.

O roteiro das entrevistas foi elaborado contemplando três partes. A primeira refere-se à identificação do entrevistado e sua relação pessoal com a época da construção e os anos subsequentes. A segunda parte foi concebida com o intuito de fazer o entrevistado reconstruir a cidade durante as obras, ou seja, qual a realidade vivida pela comunidade com o grande fluxo de pessoas e investimentos que caracterizam o período de execução da obra. Na última parte, o entrevistado é convidado a analisar a influência da usina para a cidade no período depois da construção, a partir de sua concepção pessoal construída e sua avaliação do empreendimento para a estrutura socioeconômica da cidade de Peixe – TO.

Foram realizadas, efetivamente 23 entrevistas, dentre os quais, 9 entrevistados no grupo de atores políticos, 7 econômicos e 7 sociais. No entanto, alguns entrevistados ficaram silentes diante de alguns questionamentos. O processamento das respostas foi feito conforme a pertinência da consideração do participante com os propósitos de cada questão. Dessa forma, os atores locais foram divididos por organizações: sociais, políticas e econômicas. Em conformidade com a abordagem institucional assim como feito por Oliveira, Piffer e Strassburg (2017), descrito no Quadro 01. As entrevistas foram desenvolvidas no segundo semestre de 2018.

Quadro 01 – Descrição dos atores locais políticos, econômicos e sociais das organizações e instituições a serem entrevistadas.

Organizações	Atores locais como representantes das Organizações e Instituições da Cidade de Peixe
Políticos	Prefeito e ex-prefeitos
	Vereadores e ex-vereadores
	Secretários municipais
	Membros do poder judiciário
Econômicos	Empresários
	Comerciantes
	Agropecuáristas
	Associação de lojistas
	Associação de barqueiros
Sociais	Religiosos
	Moradores antigos
	Associação de moradores
	Diretores de escolas
	Clubes

Fonte: Elaborado pelo autor (2019).

Após a realização das entrevistas com registros de áudio, foi feita a transcrição para ser lançado no software DSCsoft2.0. Inicialmente foi feito o cadastro da pesquisa, dos entrevistados e das perguntas. Em seguida foi feito o lançamento das respostas e ainda foi realizado o agrupamento dos entrevistados em três grupos: atores políticos, atores econômicos e atores sociais. Posteriormente, as respostas foram compiladas e selecionadas as expressões chaves de cada contribuição e, em seguida, as ideias centrais. A categorização neste estudo foi feita pelas ideias centrais e não por ancoragens, em virtude da natureza das respostas a abordagem por ideia central foi suficiente para o alcance dos objetivos propostos. Afinal, a consideração por ancoragens carece da identificação de ideologias e sentimentos na fala dos participantes.

A partir das ideias centrais definidas em cada resposta, foi realizado o agrupamento por categorias devidamente denominadas. A quantidade de categorias depende das respostas de cada questão. A partir do próprio software DSCsoft2.0 foi elaborado gráficos com as respostas por categorias e, a partir das expressões chaves, foi elaborado do DSC para cada categoria.

5 AS VOZES DOS MORADORES DE PEIXE –TO

Esta seção apresenta, por meio das falas dos atores envolvidos, os Discursos do Sujeito Coletivo (DSC) sobre como a UHE alterou o modo de vida da população peixense em seu período de construção e o legado deixado pelo empreendimento, após mais de uma década da conclusão das obras e início da operação. Esse Sujeito Coletivo, composto por atores políticos, econômicos e sociais, vivenciou desde a expectativa da chegada do empreendimento, passando pelo fervor da dinâmica em torno do canteiro de obras até entrada em operação da UHE.

5.1 Análise do discurso do sujeito coletivo – Parte I: o viver em Peixe -TO

Das perguntas que compõem a primeira parte da entrevista extraíram-se os DSCs que dizem como era a vida antes da construção da usina e o que mudou depois. Da pergunta: como era viver aqui antes da construção da usina? Chegou-se a quatro categorias: Categoria A – uma cidade pacata; Categoria B – era melhor devido a natureza; Categoria C – não houve muita mudança; e Categoria D – a usina como diferencial. Dentre os participantes, dois não responderam em virtude de não terem vivenciado o período antes do empreendimento hidroelétrico. Dos 21 entrevistados que responderam essa questão, 14 (66,67%) relatam que Peixe era uma cidade pacata, 2 (9,52%) declararam que era melhor devido a natureza, outros 2 (9,52%) acreditam que não houve muita mudança e 3 entrevistados (14,29%) definem a usina como um diferencial para o município

Percebe-se pelas respostas a este questionamento que a maioria remete ao período prévio à UHE se lembrando do estilo de vida pacata em Peixe. Em suas declarações são enfatizados o modo de vida das pessoas, quando todos se conheciam, não tinha violência, embora num contexto sem desenvolvimento. A seguir é apresentado o DSC – Categoria A – uma cidade pacata:

Era normal, tranquilo como sempre cidade de pequeno porte e poucos habitantes, a cidade toda vida foi uma cidade pacata, aonde as pessoas se conheciam, uma cidade que não tinha violência, as

pessoas todo mundo amiga, então era muito bom viver na cidade de Peixe, embora, no que se refere à questão do desenvolvimento, era uma situação bem precária (Atores Chaves: A2; A3; A20).

Era muito bom, você dormia com as portas aberta, não existia esse fluxo que temos hoje de droga, não existia violência, nessa época não tinha nada, só tinha mais gente humilde que era da própria terra precária (Atores Chaves: A7; A5; A18).

Na categoria B, os entrevistados enfatizam a preservação da natureza de outrora, como fator relevante para o modo de vida das pessoas, atribuindo à existência da UHE a mudança na dinâmica dos mananciais. O DSC – Categoria B – era melhor devido a natureza foi definido com a seguinte fala: “Antes da usina, a gente tinha um certo privilégio, porque a pesca era melhor, os córregos todos tinham peixe, não secavam tanto, era bom em termos da natureza, mesmo não tendo a facilidade que tem hoje, era melhor por causa da natureza”.

Os DSCs das Categorias A e B traduzem a realidade do município no momento prévio à chegada do empreendimento. O modo de vida tranquilo e o destaque aos recursos naturais disponíveis como a pesca estão coerente com o cenário econômico voltado para a agropecuária, em especial a pecuária de corte, em que os detentores das maiores propriedades rurais residem em outras cidades e um comércio local “fraco” e dependente da cidade vizinha Gurupi demonstram que as instituições, enquanto estrutura de incentivos para a sociedade e a economia (NORTH, 1993) não proporcionavam uma dinâmica de desenvolvimento.

Na categoria C, os entrevistados não acreditam que houve mudança no modo de vida das pessoas antes e depois da construção da UHE, defendendo que a construção do empreendimento não representa evolução na dinâmica socioeconômica do município. O DSC – Categoria C – não houve muita mudança, ficou da seguinte maneira:

Eu entendo que não houve muita mudança com a construção da usina, no nosso comércio que sempre foi um comércio fraco, continua sendo fraco, a pobreza, o nível de vida da nossa população mais carente continua como todo o Tocantins precária (Atores Chaves: A1; A10; A21).

E por fim, na Categoria D, os entrevistados veem o empreendimento hidrelétrico como um fator diferencial para o modo de vida das pessoas. O DSC – Categoria D – a usina como diferencial é apresentado a seguir:

Todo mundo tinha uma expectativa na construção da usina, criou-se uma expectativa que as coisas aqui melhorariam, no tempo que começou a usina, foi aquela “muvuca”, aquele movimento e teve uma cidade que cresceu desordenada e favelada, teve benefício, mas teve também muitas coisas adversas à realidade que a gente pensava. A usina realmente foi um diferencial muito grande aqui (Atores Chaves: A11; A22).

A partir das respostas da pergunta nº 3 - Agora me fale o que mudou? – foi extraído quatro categoria de DSC: Categoria A – aumento da população; Categoria B – impactos sociais, problemas com drogas e prostituição; Categoria C – ênfase

no movimento da época da construção, com a geração de empregos; Categoria D – impacto ambiental.

Dentre as respostas colhidas, 06 não foram consideradas em virtude do entrevistado se negar a responder ou por apresentar uma resposta difusa do propósito da questão. Dos 17 entrevistados que responderam essa questão, 6 (35,29%) compreendem que houve um aumento populacional mesmo após a conclusão das obras, 4 (23,53%) declaram que ficaram muitos impactos sociais relacionados a problemas com drogas e prostituição, 5 (29,41%) enfatizam o movimento gerado no período da construção com a geração de empregos e 2 (11,76%) fala dos impactos ambientais deixado.

Em concordância com os indicadores demográficos que apontaram um crescimento da população urbana em Peixe, o DSC da Categoria A, extraído das respostas analisadas, declara uma percepção do acréscimo da população, aonde muitas pessoas que chegaram para trabalhar nas obras da usina se estabeleceram em Peixe, constituíram famílias e se tornaram moradores da cidade. Essa percepção está intimamente ligada à resposta predominante da pergunta anterior. Afinal, o Sujeito Coletivo que antes vivia numa comunidade pacata, em que todos se conheciam e era muito tranquilo, agora convive com pessoas desconhecidas, das quais não se sabe suas origens, de quem são filhos, onde foi sua infância, ou seja, alterou as relações sociais preexistentes. A seguir é apresentado o DSC – Categoria A – aumento da população:

O que eu notei aqui que mudou muito foi em questão de hábitos inclusive culturais, foi que uma quantidade muito grande de pessoas que vieram em razão do empreendimento fixou moradia na cidade. Houve um acréscimo muito grande populacional até por causa dos negócios de varejo que vieram em torno do empreendimento (Atores Chaves: A5; A15; A19).

Na categoria B, os respondentes salientam os impactos sociais relacionados a problemas com drogas e prostituição, inclusive atribuindo diretamente à UHE e o fluxo migratório por ela gerado. Essa categoria do DSC possui certa relação com a categoria anterior, porém, com uma conotação mais negativa da concentração de pessoas e a ocupação desordenada do ambiente urbano. O DSC – categoria B foi assim elaborado:

É, após a construção da usina a gente tem alguns problemas com droga, com prostituição. A gente costuma falar assim que Peixe não é mais a Peixe que era antes, né? Em virtude de muita droga na cidade, são crianças que são usadas pra traficarem, inclusive aos redores das escolas, hoje em dia jovens, adolescentes não querem saber o que vai acontecer amanhã não, e por isso muita prostituição e etc (Atores Chaves: A7; A17; A23).

Na categoria C, a fala do Sujeito Coletivo dá ênfase na geração de empregos durante as obras da UHE e o fluxo de pessoas no período, ressaltando aquilo que está fixado na memória coletiva, o grande movimento de pessoas e o fluxo de renda como nunca antes numa comunidade tradicionalmente pacata. A seguir, apresenta-se o DSC da Categoria C – ênfase no movimento da época da construção, com a geração de empregos:

Mudou, a usina trouxe 4 mil homens pra cá na época, entendeu? Aqui tinha 4 mil homens trabalhando aqui. Na época eu acho que, se não me engano, tinha mais de 40 ônibus aqui fazendo o transporte desse pessoal (Atores Chaves: A1; A8).

Durante a construção teve algumas alterações, na construção gerou bastante emprego para as pessoas que moravam aqui, trouxe muita riqueza pro comércio, os comércios se expandiram, no urbano teve abertura de vários loteamentos, a gente, né, presenciou aqui uma movimentação bem expressiva da economia local (Atores Chaves: A4; A11).

E na categoria D, os respondentes salientam os impactos ambientais deixados pelo empreendimento como fator determinante na mudança do modo de viver da comunidade, como o controle da vazão da barragem e, por consequência, do nível do rio. Assim ficou o DSC da Categoria D – impacto ambiental:

Hoje a gente vê uma dificuldade de quando a usina fecha a comporta no verão, o rio seca, a gente atravessa ele sem precisar de canoa, a pé mesmo andando, o pessoal que mora na beira do rio que às vezes necessita daquele rio pra poder sobreviver fica difícil, abalou muito com a nossa natureza. (Atores Chaves: A3; A12; A21).

Embora a questão ambiental não seja o propósito da presente pesquisa, não é possível abordar empreendimentos dessa magnitude sem tratar dos impactos ambientais como abordado no DSC coletado. Uma cidade, criada em função do rio, e nele possui uma fonte de sustento e lazer, foi irreversivelmente alterado seu modo de vida à medida que a UHE modifica o curso natural e o nível das águas do rio Tocantins.

5.2 Análise do discurso do sujeito coletivo – Parte II: sobre a época da construção da usina

O propósito da Parte II foi captar as percepções dos entrevistados sobre como foi o período que compreende a construção da obra, para tal foi definido as seguintes perguntas: Como era viver aqui durante a construção da usina? Como a economia da cidade de Peixe foi influenciada pela usina durante o período de construção? A prestação de serviços públicos foi impactada de alguma forma pelo fluxo de pessoas durante a construção da usina?

As respostas foram agrupadas em virtude da similaridade de abordagem entre as declarações constituindo uma única contribuição por participante, sintetizada na questão: Como era viver aqui durante a construção da usina? A partir das análises, chegou-se a três categorias de respostas: Categoria A – ênfase na quantidade de pessoas; Categoria B – ênfase na falta de estrutura e na insegurança; Categoria C – ênfase na circulação de dinheiro.

Dos 23 entrevistados que responderam aos questionamentos, 9 (39,19%) tiveram suas respostas selecionadas na categoria que deu ênfase na quantidade de pessoas, 10 participantes (43,48%) compõem a categoria daqueles que deram ênfase na falta de estrutura e na insegurança e, em menor número, 4 dos 23 (17,39%) enfatizaram a circulação de dinheiro.

A categoria A – ênfase na quantidade de pessoas, os entrevistados destacam o fluxo migratório que alterou a vida da comunidade no período da construção da usina. Essa percepção, com a ênfase na dinâmica demográfica, está coerente com as respostas que predominaram a primeira parte da entrevista. O DSC extraído nessa categoria exprime a sensação do Sujeito Coletivo, demonstrando surpresa e apreensão frente a realidade vivenciada:

Agente via pessoa de tudo quanto é jeito, coisa que nós nunca tinha presenciado aqui o número de pessoa ocupando todos as casas que era baldia, esse tempo tudo foi ocupado, chegou um determinado momento que você alugava um quarto da sua casa, você morava em um quarto da sua casa e alugava o restante pelo tanto de pessoas que vieram. Isso aqui era o formigueiro. Isso aqui era gente 24 horas (Atores Chaves: A3; A10; A20).

A categoria B – ênfase na falta de estrutura e na insegurança, as respostas apresentam certa semelhança com a categoria A, pois destacam também a alta migração ocorrida. Todavia, é pertinente a classificação, porque, aqui os entrevistados enfatizam os transtornos gerados pelo rápido aumento populacional e a carência ou deficiência da estrutura do município para receber aquele acréscimo de contingente e suas demandas. A fala da categoria B do DSC ficou assim definida:

Na verdade, você tinha uma cidade pequena que do dia pra noite recebeu uma média aí de três mil e quinhentos trabalhadores de fora. Então, não tinha a infraestrutura necessária pra receber essas coisas, a gente fala questão de lazer, de moradia, de assistência dos serviços públicos. Então o Peixe não tinha uma estrutura de prestar serviço de saúde, educacional pra absorver isso tudo (Atores Chaves: A5; A9; A16).

A gente tinha uma sensação assim de medo, porque na época mesmo aconteceu de uma criança ser violentada, era uma criança que estudava numa das escolas que eu trabalhava. Então assim, na época da construção, do impacto mesmo, o impacto forte foi na época da construção (Atores Chaves: A6; A11; A21).

E na categoria C – ênfase na circulação de dinheiro - estão aquelas respostas que destacam a circulação de renda no município, consequência da oferta de empregos, com certo entusiasmo pela oportunidade do momento. O comércio local viu sua demanda crescer a números inimagináveis para o porte da cidade, a demanda por moradia, serviços e lazer, inclusive com instalações de novos estabelecimentos comerciais. O DSC da categoria C foi definido com a seguinte fala:

Muito bom, Dinheiro, trabalho pra todo mundo, então correu muito dinheiro, e a gente pôde ganhar um pouquinho de dinheiro (Atores Chaves: A4; A8; A19).

Ah, principalmente na construção da usina foi muito bom, A gente foi muito feliz comercialmente falando também, então, todo mundo vendia bastante, A construção civil vendia, o supermercado vendia, o açougue vendia, o dinheiro circulava na cidade (Atores Chaves: A7; A3; A22).

E ao analisarmos as categorias de respostas sobre como era viver durante a construção da usina por grupos de atores entrevistados, econômicos, políticos e sociais. Percebe-se que dentre os atores econômicos a maioria compõe o DSC da categoria C dando ênfase na circulação de dinheiro, enquanto os atores políticos enfatizam a quantidade de pessoas em sua maioria compondo o DSC da categoria A e os atores sociais enfatizam a falta de estrutura e a insegurança, DSC categoria C. Dessa forma, constata-se que os diferentes grupos de atores possuem percepções diferentes do mesmo cenário. Enquanto os atores econômicos, em boa parte representado por comerciantes, destacam a circulação de dinheiro em sua maioria, traduzindo a perspectiva positiva frente ao crescimento da demanda, os atores sociais, por sua vez, enfocam a falta de estrutura e a segurança e os atores políticos, em relação ao acréscimo populacional.

5.3 Análise do discurso do sujeito coletivo – Parte III: o legado da usina para a cidade de Peixe

A Parte III da entrevista foi elaborada com o intuito de captar a percepção dos entrevistados sobre o legado da UHE para a cidade de Peixe. As perguntas foram assim definidas: Em sua opinião, qual a importância da usina para a cidade de Peixe nos dias de hoje? Ou o(a) senhor(a) entende que a usina não tem muita importância para a cidade? Em sua opinião, o que a usina hidrelétrica representa para a cidade de Peixe atualmente?

Na última resposta analisada, envolvendo as perguntas mencionadas – foram extraídas 5 categorias de DSCs: Categoria A – A UHE representa arrecadação, porém há dúvidas quanto a capacidade da administração municipal na gestão dos recursos; Categoria B – A UHE representa arrecadação, mas carece de benefícios para a população; Categoria C – A UHE representa arrecadação, um patrimônio do município; Categoria D – A UHE representa arrecadação, mas também impactos ambientais; e Categoria E – A UHE não é importante e representa impactos ambientais sem benefícios para a população, apesar da arrecadação. Dos 23 entrevistados, 7 (30,43%) ficaram na categoria A, outros 7 (30,43%) na categoria B, 3 (13,04%) na categoria C, 2 (8,70%) na categoria D e 4 (17,39%) entrevistados na categoria E.

Em todas as categorias de respostas e nos DSCs elaborados a partir da fala dos participantes há a compreensão da importância da arrecadação advinda da UHE Peixe Angical em coerência com os indicadores, especialmente os incrementos no ICMS. Contudo, a cada categoria foi verificada uma abordagem diferente. A categoria A é caracterizada pela descrença na capacidade da gestão municipal, assim definido:

Peixe é um município que tem tudo pra dar certo. Porque nós temos água, nós temos terra, nós temos hoje a usina hidrelétrica que hoje é uma questão fundamental na vida das pessoas, nós exportamos energia pra fora. Embora eu acredito que os nossos administradores não têm tido inteligência pra retirar disso aí tudo aquilo que poderia transformar a cidade e o município do Peixe talvez na melhor do estado do Tocantins (Atores Chaves: A11; A15; A22).

A importância é gigantesca em razão dos recursos que a gente tem oriundos do ICMS. Eu não posso falar pra você que a administração

soube aproveitar e reverter o uso desses recursos em favor da população de Peixe, mas estrutura e condições têm (Atores Chaves: A9; A14; A18).

O Sujeito Coletivo demonstra uma compreensão razoável em relação ao repasse do ICMS para o município de Peixe em virtude da UHE em coerência com os indicadores econômicos. Contudo, a fala persiste na falta de capacidade da gestão municipal para fazer dos recursos uma melhoria significativa da qualidade de vida da população.

Na categoria B, os respondentes, mesmo ressaltando a importância da fonte de renda para o município, reclamam da falta de benefícios para a população peixense como, por exemplo, pagar menos pelo consumo da energia elétrica. A seguir a fala do DSC da categoria B:

É claro que pra gente enquanto... a galera reclama muito assim, pra nós enquanto cidadão de Peixe, nós não tivemos melhoria, por exemplo, em baixar nossa energia. Isso não impactou nada, ao contrário, a gente paga cada dia mais caro (Atores Chaves: A11; A16; A20).

Olha, ter tem. Por exemplo, se você for olhar a parte de arrecadação de ICMS oriundo da usina, o Peixe hoje tem uma cota, uma receita mais ou menos distinta, né? Mais de um milhão de reais, mas o setor primordial da usina era a energia e a energia hoje nós consumimos num preço muito elevado, mas foi relevante sim (Atores Chaves: A14; A18; A21).

As declarações reportam a um anseio popular que acompanha as comunidades receptoras de empreendimentos hidrelétricos, a obtenção de benefício na conta de energia por ser região geradora de energia elétrica. No entanto, o gerenciamento unificado da geração e transmissão de energia elétrica no Brasil através do Sistema Interligado Nacional agrega quase a totalidade da geração de energia e sua distribuição não distingue regiões produtoras de não produtoras. Em relação aos empregos, a percepção dos participantes é que a operação da UHE não oportuniza empregos aos moradores de Peixe, a não ser para funções relacionadas aos serviços gerais como a limpeza, sendo que os cargos de direção e técnicos, os funcionários residem em Gurupi, não agregando renda para a região.

Na terceira categoria do DSC, os entrevistados defendem a importância da UHE como um patrimônio do município ressaltando sua relevância enquanto geradora de energia elétrica e a principal fonte de renda para o município através do ICMS. A seguir o DSC da categoria C:

É o patrimônio que o município tem, é o caixa. A importância da usina hoje para o município do Peixe é o caixa do município, é quem mantém o município. O município do Peixe hoje é um assalariado da usina que sem a usina, ele não sobrevivia não, meu amigo (Atores Chaves: A6; A14; A17).

Nessa fala, o Sujeito Coletivo apresenta suas considerações com certo entusiasmo em relação à UHE Peixe Angical, colocando inclusive o empreendimento numa condição de fonte mantenedora do município através do

repasso do ICMS. Sobre a arrecadação do ICMS Lima et al (2019) constatou aumento da arrecadação nos municípios que receberam UHE e nos municípios adjacentes do estado do Tocantins.

Na categoria D, resposta com menor incidência, os entrevistados enfatizam os impactos ambientais verificados após a instalação da UHE mesmo reconhecendo sua importância enquanto fonte de renda para o município:

Eu acho que a usina trouxe muito pouco benefício pelo impacto ambiental que trouxe pra cidade, ela representa uma fonte de renda, a gente vê que deixou transtorno também no sentido do rio que não tem mais o seu fluxo normal, o sobe e desce da água. (Atores Chaves: A7; A13).

A questão ambiental também prevalece no sentimento do Sujeito Coletivo, sendo mais relevante para aqueles que possuem uma relação constante com o rio como os pescadores, barqueiros ou proprietários rurais. Os impactos ambientais constituem uma realidade nos empreendimentos hidrelétricos, como elencado por Bermann (2007), especialmente a alteração do regime hidrológico do rio Tocantins com o qual a população convive estando a jusante da barragem.

E por fim, na categoria E, os participantes, embora compreendendo que a UHE gera arrecadação para o município, não acreditam que ela seja importante:

Pra cidade de Peixe não tem nenhuma importância, tem importância pro consórcio construtor que racha de ganhar dinheiro, nada mais do que captação de impostos, não vai além disso. Não tem nenhum projeto de relevância (Atores Chaves: A5; A13; A20).

Nesse último DSC, há uma compreensão da UHE enquanto fonte de arrecadação para o município. Todavia, a fala é carregada de uma conotação negativa em relação ao empreendimento, inclusive desconsiderando a compensação financeira e as contrapartidas do empreendimento para o município. O Sujeito Coletivo é enfático ao tratar da alteração do rio Tocantins e afluentes e redução da quantidade e diversidade de peixes para a pesca, desconsiderando a importância da geradora de energia elétrica no município.

5.4 As percepções dos atores locais e o institucionalismo

Foi constatado que o município possui uma deficiência histórica dos indicadores educacionais e de renda, ou seja, um percentual significativo da população está na condição de pobreza e com baixos níveis de instrução, caracterizando um contexto de carência no exercício da cidadania. A administração municipal não possui uma estrutura consolidada de gestão, muito sensível às mudanças de governo como a alteração dos conselhos municipais e predomina uma dependência econômica da administração pública, historicamente o maior empregador do município.

Esse cenário diante do volume de recursos advindo da UHE Peixe Angical, seja durante a construção com o expressivo número de empregos ou após o término com a elevação das receitas municipais, não permitiu uma diversificação das atividades econômicas e ocorreu uma acentuação da dependência econômica da

administração pública, por meio da Prefeitura Municipal, aumentando absoluta e relativamente o número de empregos.

O que corrobora com as ideias de North (1990), que os modelos institucionais tendem a auto reforçar-se, mesmo quando possuem deficiências. Os indivíduos de uma determinada sociedade têm mais facilidade de se adaptar às regras existentes do que tentar modifica-las. Quando o desenvolvimento toma certo rumo, a cultura organizacional, os costumes e os modelos mentais reforçam essa trajetória.

E esses modelos mentais ficam evidentes na análise dos DSCs, pois se verifica um total distanciamento entre os atores locais e o centro das decisões. Demonstrando que não houve um envolvimento da população de maneira significativa na condução das negociações e que o processo se deu conforme a ordem de domínio do grupo empreendedor, detentor do poder político e econômico. E fica evidente ainda, na fala do Sujeito Coletivo, que há uma atitude passiva no processo de desenvolvimento, em que se espera do empreendimento hidrelétrico ou da administração pública as ações desencadeadoras de melhorias socioeconômicas.

Para Vignatti (2013), a integração dos empreendimentos hidrelétricos à região se consolidada em quatro fases: Fase I – “expectativa de mudanças”, em que a população tradicionalmente carente anseia pelo desenvolvimento prometido; Fase II – “vivendo a mudança”, ocorre durante a construção; Fase III – “acostumando com a mudança”, em que se inicia a produção de energia acompanhado da estabilização; e Fase IV – “hidrelétrica torna-se incorporada natural e aceita”, ocorre a integração do empreendimento à paisagem regional.

A particularidade do objeto de estudo da presente pesquisa é que a sede do município está a jusante da barragem, não configurando alterações relevantes em relação à paisagem regional na última fase da integração. Por isso, alguns DSCs apresentam indiferença em relação à UHE. No entanto, a importância do empreendimento como fonte de recursos para o município ficou comprovada nas vozes dos participantes, bem como alguns investimentos deixados pelo empreendedor e melhorias especialmente no sistema de saúde municipal.

Esse progresso tem um custo ambiental e alteração das relações sociais pré-existentes, como expressa os participantes, sendo significativa a desconfiança na administração municipal enquanto responsável pela gestão dos recursos em prol da população. Isso é fruto de uma estrutura de gestão deficiente e que não contempla a participação popular e reforça que o processo de instalação do empreendimento hidrelétrico ocorre num contexto de profunda assimetria de informação entre o grupo empreendedor e a população local, que desconhece todo o contexto socioeconômico e ambiental que envolve a construção de uma UHE.

Essa assimetria é ainda mais relevante quando se trata de um município pequeno do interior tradicionalmente carente. E como ficou claro que a concentração dos recursos não conduz a evolução institucional, apenas o conhecimento, como o propósito da presente pesquisa, pode subsidiar o fomento de boas instituições para aperfeiçoar o desempenho econômico em situações semelhantes.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve por objetivo analisar o discurso dos atores locais do município de Peixe, com relação à construção da Usina Hidrelétrica Peixe Angical. Observou-se que a hidrelétrica, em si, não é indutora do desenvolvimento local, como apregoa os discursos do governo sobre esses grandes projetos. As promessas de desenvolvimento social e econômica nem sempre são concretizadas por meio das usinas hidrelétricas

As falas permitiram uma compreensão além do meramente estatístico, captando o sentimento da coletividade. Como em relação ao modo de vida em que a fala predominante declara que Peixe era uma cidade pacata, em que todos se conheciam e não existia violência e após a instalação da UHE Peixe Angical houve aumento da população, fato que alterou as relações sociais pré-existentes.

Ao tratar do período da construção da usina, os participantes baseiam suas falas em três aspectos: no acréscimo da população, o que provocou certa apreensão na população tradicional com a quantidade de pessoas em busca de empregos; na falta de estrutura e na insegurança, destacando que os serviços públicos não estavam preparados para atender todo o quantitativo de pessoas, a sensação era de apreensão na convivência com os “barrageiros” e houve um aumento de drogas, prostituição e violência; e na circulação de dinheiro, o volume de emprego e o fluxo de renda elevaram a demanda do comércio, moradia, serviços diversos e lazer, oportunizando aos comerciantes locais um aumento de seus ganhos financeiros.

Ao tratar do legado do empreendimento deixado ao município, os participantes ficam divididos entre os que destacam os impactos sociais e ambientais e aqueles que ressaltam a importância do empreendimento para o município de Peixe por meio de obras e projetos desenvolvido na cidade. Os participantes reconhecem o acréscimo da receita municipal com o advento da UHE. Contudo, em quantidade significativa, o DSC registrou um contexto de desconfiança da população em relação à capacidade da administração municipal na gestão dos recursos, na articulação junto aos empreendedores e na fiscalização das contrapartidas estabelecidas ao grupo empreendedor.

Para aqueles que se posicionam de modo contrário ao empreendimento suas falas se baseiam nos transtornos sociais como drogas, prostituição e violência, embora alguns reconheçam que são problemas de ordem nacional e não estaria necessariamente ligada à usina. E outros destacam os impactos ambientais como a alteração do regime hidrológico do rio Tocantins, a redução na quantidade e diversidade de peixes, a seca nas vazantes, etc.

Diante da perspectiva institucionalista, foi verificado que o município carece de uma estrutura consolidada de gestão, do envolvimento da população no processo de tomada de decisão e que a dependência da prefeitura municipal como empregador é usada como instrumento para fortalecer a base de apoio político, constituindo instituições ineficientes para que o município apresentasse um melhor desempenho econômico e reduzisse as desigualdades.

Os aspectos institucionais apresentaram deficiências históricas e constituem os motivos da persistência de algumas carências como a infraestrutura municipal, o sistema educacional, a distribuição de renda e a participação popular na gestão municipal. Isso ficou evidente nas declarações expressas nos DSCs.

Peixe Angical hydroelectric Power Plant - Peixe, Tocantins, Brazil: the developmental discourse in the Legal Amazon

ABSTRACT

This paper analyzes the local actors' perceptions about the regional development process in Peixe municipality, Tocantins State, Brazil and the Peixe Angical Hydroelectric Power Plant (HPP) construction, which took place from 2002 to 2006. The local actors' perception, namely, political, economic, and social agents, has been studied using semi-structured interviews. The interviews were processed by the Collective Subject Speech (CSS) methodology, allowing a speech treatment from those who experienced every HPP integration stage into the regional context, based on Douglass North's institutionalist theory. The CSSs expressed the changes of pre-existing social relations along with the urban population growth and the establishment of migrants in the region who arrived due to the project. Regarding to that power plant construction period, the perceptions were concerning the feeling of surprise and apprehension in relation to the people concentration, lack of structure, unsafe conditions during the construction, and the income flow, creating opportunities for financial gain. The participants presented different opinions regarding the HPP legacy, understanding the project importance as source of revenue and the improvements done by the entrepreneurial group at the expense of negative impact on the environment.

KEYWORDS: Regional Development, Hydroelectric power plant (HPP), Collective Subject Speech (CSS), Peixe municipality, Tocantins State, Brazil.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA. Atlas de Energia Elétrica do Brasil. 3ª Edição. Brasília: Ministério de Minas e Energia; Agência Nacional de Energia Elétrica, 2008.

BORTOLETO, E. M. A implantação de grandes hidrelétricas: desenvolvimento, discurso e impactos. Geografares. Vitória, 2001. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufes.br/geografares/article/view/1140/853>> Acesso em 25 nov. 2017.

BERMANN, C.O. O projeto da Usina Hidrelétrica Belo Monte : a autocracia energética como paradigma. Novos Cadernos NAEA, v. 15, n. 1, p. 5–23, 2012.

BRUZACA, R. D; SOUSA, M.T.C. Conflitos socioambientais no contexto desenvolvimentista da amazônia brasileira : proteção de direitos de comunidades quilombolas frente a duplicação da estrada de ferro Carajás - Maranhão. Veredas do Direito. Belo Horizonte. v. 12 n.24 p. 147–173, jul/dez 2015.

CASTRO, F; HOGENBOOM, B.; BAUD, M. Governança ambiental na América Latina. 1ª ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO; Amsterdam: Engov, 2015. Libro Digital, Pdf.

COASE, R. The Nature of the firm. *Economica*. N.4, v. 16. 1937. Pp 386-405. Disponível em: < <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/full/10.1111/j.1468-0335.1937.tb00002.x>> Acesso em 28 ago. 2019.

DIEGUES, A. C. et al. Desmatamento e modos de vida na Amazônia. São Paulo: USP, 2005. Disponível em: <nupaub.fflch.usp.br/sites/nupaub.fflch.usp.br/files/.../desmatamento.pdf>. Acesso em: 20/Fev/2017.

FEARNSIDE, P. M. Belo Monte : Actors and arguments controversial Amazonian dam. *DIE ERDE: Journal of the geographical Society of Berlim*. v. 148, n. 1, p. 14–26, 2017.

FILHO, F. F.; CONCEIÇÃO, O. A. C. A noção de incerteza nos pós-keynesianos e institucionalistas: uma conciliação possível? *Journal of Economic Literature*, 2001. Disponível em: <<http://www.anpec.org.br/encontro2001/artigos/200101324.pdf>> Acesso em 22 abr 2018.

FURNAS. Usina hidrelétrica Peixe Angical. Sistema Furnas de geração e transmissão. Publicado em 12 mai. 2007. Disponível em:
<http://www.furnas.com.br/hotsites/sistemafurnas/usina_hidr_peixe.asp>
Acesso em 07 mai. 2018.

GALA, P. A teoria institucional de Douglass North. Revista de Economia Política, vol. 33, nº 2, abril-junho, 2003. p. 89-105. Disponível em:<<http://www.rep.org.br/pdf/90-6.pdf>> Acesso em 22 abr 2018.

GONDIM, S.; FISCHER, T. O discurso, a análise do discurso e a metodologia do discurso do sujeito coletivo na gestão intercultural, Cadernos Gestão Social, 2(1), 9-26. 2009.

HODGSON, G. M. What are Institutions? Journal of Economic Issues, Vol. XL, nº 1, março, 2006. Disponível em:<<http://www.geoffrey-hodgson.info/user/image/whatareinstitutions.pdf>> Acesso em 22 abr 2018.

LEFEVRE, F.; LEFEVRE, A. M. C. O sujeito coletivo que fala. Interface – Comunicação, Saúde e Educação. Faculdade de saúde pública da USP. São Paulo. jul/dez 2006. v. 10, n. 20, p. 517-524.

LIMA et al. Efeito pós-barragem nos municípios impactados por usinas hidrelétricas no estado do Tocantins. Revista Ibero-Americana de Ciências Ambientais. Vol. 10, n. 3, abri a maio, 2019.

MORETTO, E. M. et al. Histórico, tendências e perspectivas no planejamento espacial de usinas hidrelétricas brasileiras: a antiga e a atual fronteira amazônica. Ambiente & Sociedade. vol.15 no.3 São Paulo Sept./Dec. 2012. Disponível em:
<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-753X2012000300009&lang=pt> Acesso em: 10 dez. 2017.

MOSCOVICI, S. Representações sociais: Investigações em psicologia Social. Trad. Pedrinho A. Guareschi. 6 ed. Petrópolis: Vozes, 2009. 404 p.

NORTH, D. C. Desempenho econômico através do tempo. Lecture to the memory of Alfred Nobel, dezembro, 1993. Tradução de Antônio José Maristello Porto. Disponível em:<bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rda/article/download/8428/7177> Acesso em 22 abr 2018.

_____. Institutions, institutionalchangeandeconomicperformance. Cambridge: Cambridge University Press.1990.

_____. Institutions. The Journal of Economic Perspectives, Vol. 5, Nº 1, 1991. p. 97-112. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/1695541/mod_resource/content/1/Orth%20%281991%29.pdf> Acesso em 23 abr 2018.

OLIVEIRA, N. M.; PIFFER, M. STRASSBURG. UD. As vozes do território do Tocantins no processo de desenvolvimento regional. Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional, Blumenau, Vol. 5, nº. 02, pp. 25-52, 2017.

SANTOS, R. L. O Projeto Grande Carajás- PGC e algumas consequências regionais. IV Congresso Internacional de História. Maringá, 2009. Disponível em: <<http://www.pph.uem.br/cih/anais/trabalhos/110.pdf>> Acesso em 17 jan 2019.

SEPLAN – Secretaria de Planejamento do Estado do Tocantins. Potencial Hidrelétrico. 2015. Disponível em: <http://web.seplan.to.gov.br/Arquivos/download/ZEE/Estado_do_Tocantins_Mapas_A0_2015/Potencial_Hidreletrico_TO_2015.pdf> Acesso 27 abr. 2018.

SOARES, V. R. Impactos sociais causados pela construção de hidrelétricas em populações ribeirinhas na zona da mata mineira: o caso específico da Usina Hidrelétrica Candonga – Rio Doce/ Santa Cruz Escalvado – Minas Gerais. Monografia (Bacharelado em Ciências Sociais). UFJF. Juiz de Fora, 2009. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/graduacaocienciasociais/files/2010/11/IMPACTOS-SOCIAIS-CAUSADOS-PELA-CONSTRU%C3%87%C3%83O-DE-HIDREL%C3%89TRICAS-EM-POPULA%C3%87%C3%95ES-RIBEIRINHAS-NA-ZONA-DA-MATA-MINEIRA-V%C3%A2nia-Ribeiro-Soares.pdf>> Acesso em 04 set 2016.

SOUZA, A. N.; JACOBI, P. R. Expansão da matriz hidrelétrica brasileira: uma análise a partir da economia dos bens e serviços públicos. Novos Cadernos NAEA, v. 8, n. 2, p. 35–49. Jun/Set. 2015.

TONEZER, C.; LAJES, M.L.S.; PANIGALLI, D.; BIGATON, I.C. O Estado, o mercado e as usinas hidrelétricas na região do Oeste Catarinense. Revista Grifos. n. 41. 2016.

VAINER, C. B.; ARAUJO, F. G. B. DE. Grandes projetos hidrelétricos e desenvolvimento regional. Rio de Janeiro: CEDI, 1992.

VASCONCELOS, M. A.; GARCIA, M. E. Fundamentos de economia. São Paulo: Saraiva, 1998.

VIEIRA, E. F. Planos nacionais de desenvolvimento. Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, 2012. Disponível em:
<<https://www.ihgrgs.org.br/artigos/membros/Euripedes%20Falc%C3%A3o%20Vieira%20-%20Planos%20Nacionais%20de%20Desenvolvimento.pdf>> Acesso em 17 jan 2019.

Recebido: 05 abr. 2021.

Aprovado: 30 jun. 2021.

DOI: 10.3895/rbpd.v10n4.12230

Como citar: OLIVEIRA, N. M., QUEIROZ, B. F. P. Hidrelétrica Peixe-Angical – Peixe, Tocantins: o discurso desenvolvimentista na Amazônia Legal. **R. bras. Planej. Desenv.**, Curitiba, v. 10, n. 04, p. 551-575, Edição Especial Reflexões do Planejamento e Governança na preservação do meio ambiente, dez. 2021.

Disponível em: <<https://periodicos.utfr.edu.br/rbpd>>. Acesso em: XXX.

Correspondência:

Nilton Marques Oliveira

Avenida NS-15, Quadra 109, Norte, s/n - Plano Diretor Norte, Palmas - TO

Direito autoral: Este artigo está licenciado sob os termos da Licença Creative Commons-Atribuição 4.0 Internacional.

